

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



01-02
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Beatriz Maciel Pontes

Editora Adjunta: Giovanna Lucio Monteiro

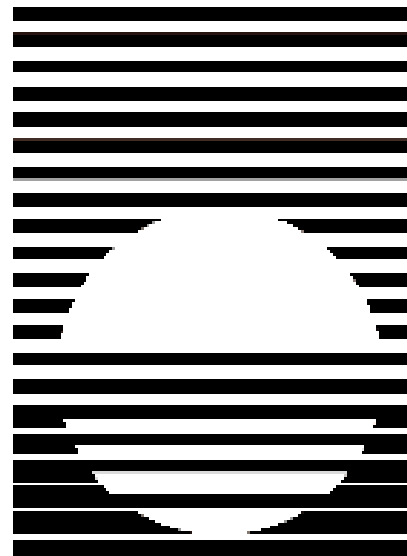
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nathan Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil recebe convite para dar início ao processo formal de ingresso na OCDE

Ministério Público de Angola pede a condenação de bispos brasileiros

Assassinato do refugiado congolês Moise Kabagambe evidencia racismo e xenofobia no Brasil

Página 05

Brasil apoia resolução do Conselho de Segurança da ONU contra a Rússia, mas Bolsonaro defende neutralidade

Página 06

Avança a integração entre Brasil, Guiana e Suriname

Governo argentino anuncia acordo com o FMI

Fernández e Bolsonaro enfrentam críticas após posicionamentos favoráveis a Putin

Página 07

Brasil, Argentina e Bolívia se abstêm de resolução da OEA sobre a Ucrânia

Fórum Permanente de Política Externa do Chile pede o fim da indiferença em relação ao regime de Ortega

Página 08

Gabriel Boric anuncia gabinete ministerial com pluralidade política e maioria de ministras mulheres

Derramamento de petróleo causa desastre socioambiental na costa peruana

Página 09

Ministro de Defesa da Colômbia afirma haver ingerência da Rússia na fronteira com a Venezuela

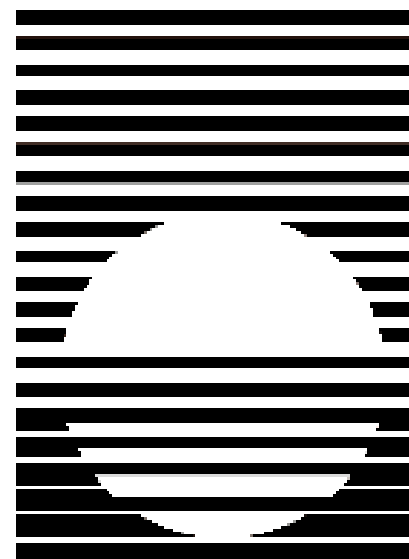
A Maré Verde avança: despenalização do aborto é aprovada na Colômbia

Oposição vence nova eleição realizada no estado natal de Hugo Chávez

Página 10

África do Sul inaugura primeiro polo de fabricação de vacinas contra a COVID-19 de ponta a ponta

Rússia inicia "Operação Militar Especial" em território ucraniano



Página 11

Onde estão as mulheres na guerra entre Rússia e Ucrânia?
Repressão militar no Sudão causa dezenas de mortes no país

Página 12

Chanceler chinês reforça relações sino-africanas
Xi Jinping encontra Chefes de Estado durante os Jogos Olímpicos de Inverno

Página 13

Após recorrer em decisão dos tribunais, o presidente Mokgweetsi Masisi promete respeitar direitos da população LGBTQIA+ do Botsuana
Expert da ONU reafirma o papel da instituição no combate às “terapias de conversão” e criminalização das pessoas LGBTQIA+



Brasil recebe convite para dar início ao processo formal de ingresso na OCDE

No dia 25 de janeiro de 2022, o Brasil recebeu o convite para dar início ao processo de formalização do ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), após decisão unânime dos 38 países membros que compõem o Conselho da Organização. O processo deverá levar ao menos dois anos e dependerá da adesão brasileira a uma série de instrumentos normativos da entidade, além da análise de sua candidatura em diversos comitês. Além do Brasil, Argentina, Peru, Bulgária, Croácia e Romênia também foram convidados a iniciar as conversações para o futuro ingresso. No dia 26 de janeiro, o presidente Jair Bolsonaro enviou uma carta ao secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, reforçando os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e na COP 26, uma das principais exigências feitas aos candidatos a ingressar na Organização. Na semana anterior, o ministro da economia, Paulo Guedes, já havia enviado uma carta aos membros da entidade com a promessa de zerar, até 2029, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações envolvendo compra e venda de moeda estrangeira, com vistas a destravar o processo de acesso. Segundo nota emitida pelo governo brasileiro, a adesão do país à OCDE contribuirá para promover a competitividade e o dinamismo da economia brasileira e atrair investimentos, com geração de emprego, renda e oportunidades empresariais, bem como aprofundar a integração internacional do Brasil. Permitirá, ainda, o aprimoramento contínuo dos processos de formulação de políticas públicas e das estatísticas econômicas e sociais do país.

Fontes: [MRE](#), 25/01/2022; [Folha](#), 25/01/2022; [Folha](#), 25/01/2022; [Folha](#), 26/01/2022; [Estadão](#), 26/01/2022; [Estadão](#), 26/01/2022; [Estadão](#), 27/01/2022.

Ministério Público de Angola pede a condenação de bispos brasileiros

O mês de fevereiro de 2022 marcou uma derrota da alta cúpula da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em um litígio envolvendo bispos brasileiros e angolanos, que se estende desde o ano de 2019 e já envolveu, além da Igreja, a TV Record, a diplomacia brasileira e a presidência da república. A crise se iniciou em 2019, quando pastores angolanos acusaram as lideranças brasileiras da IURD em Angola

de serem uma organização criminosa, de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Naquele mesmo ano, pastores angolanos destituíram o chamado “grupo brasileiro” e assumiram o controle de mais de 80 igrejas naquele país. Além disso, a TV Record – controlada pela IURD – deixou de ser transmitida em Angola. Nos anos seguintes, em 2020 e 2021, o governo angolano determinou o fechamento de dezenas de templos e o banimento de pastores brasileiros do país. No ano passado, ocorreram diversas tentativas de negociação para que o caso não fosse para a Justiça, que contaram com o envolvimento do Itamaraty e do vice-presidente Hamilton Mourão, que viajou ao país para tentar mediar a crise. Apesar dos esforços do governo brasileiro, em fevereiro de 2022, o Ministério Público finalmente apresentou a acusação formal contra quatro líderes da Igreja e o caso irá a julgamento no mês de março. Em sua defesa, a IURD e a TV Record classificam as acusações como perseguição e xenofobia.

Fontes: [Correio da Manhã](#), 09/02/2022; [Angola 24 Horas](#), 09/02/2022; [MMO](#), 10/02/2022; [Correio da Manhã](#), 17/02/2022; [UOL](#), 18/02/2022.

Assassinato do refugiado congolês Moise Kabagambe evidencia racismo e xenofobia no Brasil

No dia 24 de janeiro de 2022, o congolês Moise Mugenyi Kabagambe foi espancado até a morte na praia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, ao cobrar pagamentos atrasados em um quiosque. Moise tinha 24 anos e chegou ao Brasil há cerca de 10 anos, fugindo da guerra e da fome. Nos últimos 10 anos, 1.050 mil congoleses conseguiram refúgio no Brasil, sendo a terceira nacionalidade com o maior número de refugiados no país. No dia 29 de janeiro, a família de Kabagambe fez um protesto contra condutas irregulares do Instituto Médico-Legal (IML). Segundo Faída Safi, prima de Moise, os órgãos de Kabagambe haviam sido retirados sem autorização da família, apesar de Moise não ser doador de órgãos. Ademais, Moise foi dado como indigente em menos de 72 horas, embora o prazo para que isso ocorra, previsto pela Lei N° 8501/92, seja de 30 dias. Contudo, a Polícia Civil nega o ocorrido. A família da vítima e o refugiado congolês Charly Kongo relacionaram o crime não apenas à xenofobia, mas também ao racismo enfrentado por estrangeiros e brasileiros no país.

Famosos, autoridades e anônimos repudiaram o ato de barbárie, sendo criada a campanha #JustiçaParaMoise e mais de 20 cidades organizaram protestos. As Nações Unidas juntamente com a ONG Cáritas, que acompanhou a integração da família, expressaram condolências pela morte do congolês. A Human Rights Watch lamentou o ocorrido e ressaltou o gravíssimo contexto de violência contra a população negra no Brasil, cobrando mobilização das autoridades. Já a Anistia Internacional divulgou em nota que a morte de Moise reproduz um padrão sistemático de violência existente contra pessoas negras e refugiadas no Brasil. A professora Andrea Pacheco, da Universidade Estadual da Paraíba, chamou a atenção para a falácia de que o Brasil é aberto e amigável com os imigrantes e refugiados. Em consonância, a advogada Karina Quintanilha afirmou que o caso revela a grave situação dos migrantes africanos no país, expostos a trabalhos informais e sem garantia de direitos. Após a grande repercussão na mídia nacional e internacional, o governador Cláudio Castro prometeu que o crime não ficará impune, enquanto o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, criou o Comitê Municipal Intersetorial de Políticas de Atenção às Pessoas Refugiadas, Imigrantes e Apátridas do Rio de Janeiro (COMPAR-Rio) e instituiu o Programa de Auxílio ao Refugiado.

Fontes: [Estadão](#), 01/02/2022; [G1](#), 01/02/2022; [CNN](#), 02/02/2022; [ONU](#), 02/02/2022; [G1](#), 11/02/2022; [El comercio](#), 13/02/2022; [ACNUR](#), 25/02/2022; [G1](#), 29/01/2022.

Brasil apoia resolução do Conselho de Segurança da ONU contra a Rússia, mas Bolsonaro defende neutralidade

No dia 25 de fevereiro de 2022, o Brasil votou a favor de um projeto de resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), proposto pelos Estados Unidos e pela Albânia, com o objetivo de condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia. Apesar do veto de Moscou, a votação serviu como um ato simbólico de descontentamento dos países em relação ao ato de guerra perpetrado pelo presidente russo Vladimir Putin. Entre os principais pontos elencados no texto da resolução, encontram-se o repúdio contundente à agressão contra a soberania ucraniana, em violação à Carta da Organização das Nações Unidas (ONU); a rejeição ao reconhecimento russo das províncias ucranianas de Donetsk e

Lugansk; a exigência da interrupção imediata do uso da força contra o território ucraniano; e a determinação de que a Rússia retirasse suas tropas da Ucrânia de forma imediata e incondicional. Durante a votação, o embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa Filho, classificou a invasão russa como “um ato de agressão” e asseverou que “as preocupações de segurança manifestadas nos últimos anos pela Federação da Rússia, particularmente no que diz respeito ao equilíbrio estratégico na Europa, não conferem ao país o direito de ameaçar a integridade territorial e a soberania de outro Estado”. No dia seguinte, o governo brasileiro decidiu suspender uma visita prevista para abril do primeiro-ministro da Rússia, Mikhail Mishustin, ao Rio de Janeiro, para evitar eventuais acusações de alinhamento a Moscou. Não obstante, no dia 27 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro declarou que o Brasil deverá adotar uma postura de neutralidade diante do conflito internacional, usando como justificativa os interesses econômicos nacionais. Essa não é a primeira vez que a posição brasileira sofre de inconsistência. No dia 15 de fevereiro, quando a guerra ainda não havia eclodido, Bolsonaro decidiu manter a viagem agendada para a Rússia onde se encontrou com Putin, apesar da pressão estadunidense em sentido contrário. Na ocasião, o mandatário brasileiro afirmou ser solidário à Rússia e que Putin era um defensor da paz. Apesar de negar que sua declaração tenha significado o apoio brasileiro ao lado russo, o gesto não foi bem recebido pelas autoridades estadunidenses. Na contramão de Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão defendeu o uso da força na defesa da Ucrânia e comparou a ação de Putin à Alemanha de Hitler, gerando desconforto entre diplomatas russos e a repreensão do próprio chefe de Estado brasileiro. Entre Bolsonaro e Mourão, situa-se o Itamaraty, que busca articular uma posição de equilíbrio entre a condenação à invasão militar da Ucrânia e a preservação das relações diplomáticas com Moscou. Apesar de votar contra a Rússia no CSNU, nos encontros que se seguiram neste Conselho e na sessão especial de emergência da Assembleia Geral da ONU, realizados nos dias 27 e 28 de fevereiro, respectivamente, a diplomacia brasileira criticou o emprego de sanções econômicas para a solução do conflito e voltou a associar suas causas às preocupações de segurança da Rússia.

Fontes: [Estadão](#), 25/02/2022; [Folha](#), 25/02/2022; [MRE](#), 25/02/2022; [Folha](#), 26/02/2022; [Folha](#), 27/02/2022; [MRE](#), 27/02/2022; [MRE](#), 28/02/2022.

Avança a integração entre Brasil, Guiana e Suriname

Os dois primeiros meses de 2022 foram marcados pelo aprofundamento da integração entre Brasil, Guiana e Suriname, tanto no plano trilateral quanto a nível bilateral da interação entre os três países. No começo de janeiro, os governos de Guiana e Suriname acertaram detalhes acerca da construção de uma ponte sobre o Rio Corentyne, que liga seus territórios. Em meados do mês, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, foi a Paramaribo encontrar os presidentes do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, e da Guiana, Irfaan Ali. Antes da visita, Ali afirmou que pretende estabelecer com o Brasil uma “forte parceria estratégica”. A agenda trilateral contemplou a cooperação em áreas como comércio, investimentos, energia, infraestrutura, segurança e defesa, além de pautas regionais. Segundo o Itamaraty, o diálogo entre os três governos é estratégico diante das perspectivas de maior desenvolvimento econômico e social no Suriname e na Guiana, impulsionado pelas descobertas recentes de petróleo e gás. O presidente Bolsonaro, por seu turno, declarou que o Brasil tem muito a contribuir com sua expertise na prospecção de petróleo para com seus dois vizinhos do norte. A concertação parece ter dado frutos já nas semanas seguintes. No começo de fevereiro, o Brasil promoveu a importação da primeira carga de petróleo guianense da história do comércio entre os dois países. Paralelamente, Santokhi indicou priorizar parcerias com a Petrobrás na exploração de petróleo no Suriname, ao passo que o Banco de Desenvolvimento Caribenho decidiu financiar a construção da rodovia Mabura, em território guianense, através da contratação da empreiteira brasileira Queiroz Galvão. Além disso, Guiana e Suriname anunciaram a criação de um Conselho Empresarial do Setor Privado para fortalecer as relações comerciais bilaterais entre os setores privados dos dois países. O presidente Santokhi enalteceu ainda o esforço trilateral em prol de um desenvolvimento sustentável, pautado na reunião dos recursos energéticos de Brasil, Guiana e Suriname, em benefício do desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Fontes: [Demerara Waves](#), 10/01/2022; [Kaieteurs News](#), 11/01/2022; [Correio Braziliense](#), 19/01/2022; [LPM News](#), 25/01/2022; [Kaieteurs News](#), 25/01/2022; [Kaieteurs News](#), 30/01/2022; [LPM News](#), 04/02/2022; [LPM News](#), 04/02/2022; [Kaieteurs News](#), 05/02/2022; [LPM News](#), 16/02/2022.

Governo argentino anuncia acordo com o FMI

No dia 28 de janeiro de 2022, o presidente argentino Alberto Fernández anunciou que o governo chegou a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o pagamento do empréstimo de cerca de 45 bilhões de dólares firmado no mandato de Mauricio Macri, em 2018. O governo classificava as parcelas da dívida como impagáveis, e a renegociação desse valor esteve no cerne das conversas com o FMI, assim como novas metas de déficit que não significassem cortes drásticos nos gastos públicos. O anúncio do acordo, no entanto, mobilizou críticas em todo o espectro político. As mais contundentes vieram de dentro dos próprios setores governistas, especialmente das alas mais próximas ao kirchnerismo. Máximo Kirchner, filho dos ex-presidentes Néstor e Cristina Kirchner, renunciou à liderança da Frente de Todos na Câmara de Deputados por divergências com a assinatura de um novo acordo com o Fundo. A própria Cristina Kirchner, atual vice-presidente do país, já havia declarado publicamente ser a favor da moratória da dívida. No dia 08 de fevereiro, milhares de pessoas foram às ruas de Buenos Aires para protestar contra o acordo e demandar o não pagamento do empréstimo. No dia 04 de março, o projeto de lei para que o Congresso Nacional aprovasse o acordo com o FMI foi enviado ao legislativo pelo presidente e sua equipe econômica. As incertezas em torno do pagamento da dívida e dos termos deste acordo são mais um fator que afeta a profunda crise econômica na qual o país está mergulhado. Além disso, durante o verão, o país vem enfrentando severa estiagem que, juntamente com incêndios, deve impactar a produtividade das safras de soja, milho e erva-mate, além da produção de gado. A previsão é de que a colheita de soja, commodity que representa parte fundamental da economia argentina, seja a menor em 14 anos.

Fontes: [DW](#), 09/02/2022; [Exame](#), 31/03/2022; [Exame](#), 02/02/2022; [La Nación](#), 04/03/2022; [Valor](#), 27/02/2022.

Fernández e Bolsonaro enfretam críticas após posicionamentos favoráveis a Putin

No mês de fevereiro de 2022, os presidentes da Argentina, Alberto Fernández, e do Brasil, Jair Bolsonaro, fizeram visitas a Vladimir Putin, na Rússia. O mandatário argentino teve um encontro com o presidente russo no dia 03 do mesmo mês. Fernández

falou sobre o desejo do seu governo de se aproximar de Moscou e de tornar-se menos dependente dos EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O episódio repercutiu negativamente no plano doméstico, aumentando as críticas ao presidente argentino, que já vinha sofrendo acusações de leniência com relação ao líder russo. O deputado opositor Juan Manuel López e o ex-embaixador argentino na Rússia, Ricardo Lagorio, criticaram a “ambiguidade e a falta de visão estratégica” de Fernández, ao manifestar-se à favor de uma aproximação com Putin em meio às tensões com a Ucrânia. Apesar disso, uma vez que a invasão russa foi iniciada, a Argentina condenou Moscou em reunião na ONU e pediu pelo cessar fogo. No dia 16 de fevereiro, foi a vez de Jair Bolsonaro visitar o Kremlin. Em reunião com Putin, o presidente brasileiro classificou a relação entre os dois países como “um casamento perfeito” e afirmou que era “solidário” à Rússia. Após a visita, a posição amigável de Bolsonaro a Putin foi criticada por outros países, como EUA, por lideranças internas, como os presidentes João Dória e Sérgio Moro, bem como pela grande mídia. Após o início da invasão russa à Ucrânia, as críticas aumentaram. O vice-presidente, Hamilton Mourão, declarou que o país não apoia a invasão e defendeu o uso da força contra a Rússia, o que gerou desconforto entre Bolsonaro e Mourão. No dia 26 de fevereiro, Bolsonaro se posicionou “a favor da soberania”, um dia após a delegação brasileira condenar a invasão russa na ONU, mas não fez críticas diretas a Putin ou citou a Rússia de modo explícito, afirmando depois que o Brasil se manteria neutro em relação ao conflito. O ministro de Relações Exteriores, Carlos França, afirmou que a posição do Brasil “é de equilíbrio, (...) não de neutralidade”. Continuou: “Eu penso que quando o presidente falou em neutralidade ele pensava em imparcialidade”.

Fontes: [O Globo](#), 03/02/2022; [La Nación](#), 03/02/2022; [BBC](#), 16/02/2022; [G1](#), 19/02/2022; [Valor Econômico](#), 24/02/2022; [Clarín](#), 26/02/2022; [Folha](#), 26/02/2022; [Correio Braziliense](#), 27/02/2022; [Clarín](#), 28/02/2022; [G1](#), 28/02/2022.

Brasil, Argentina e Bolívia se abstêm de resolução da OEA sobre a Ucrânia

No dia 24 de fevereiro de 2022, teve início a operação militar especial russa no território ucraniano, repercutindo negativamente junto à comunidade internacional. No mesmo dia, diversas organizações regionais e internacionais rejeitaram o ocorrido,

como a Organização dos Estados Americanos (OEA), que encaminhou para votação uma resolução de crítica aos ataques russos. O documento da OEA não contou com apoio de países sul-americanos como Brasil, Argentina e Bolívia, o que também foi noticiado negativamente pela mídia internacional. O embaixador brasileiro na OEA, Otávio Brandelli, justificou a não-adesão brasileira ao documento devido à localização do conflito, para além da jurisdição da organização regional e argumentou que a posição brasileira já havia sido expressa pela delegação brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. O governo argentino também destacou a falta de pertinência da resolução em relação à esfera de atuação do organismo regional, e o governo de Alberto Fernández reforçou que rejeita o uso de forças armadas e a escalada da violência, reforçando que condenaria a ação russa nos espaços adequados, posição que adotou no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no dia 28 de fevereiro. O Uruguai, cujo representante também não assinou a declaração em 24 de fevereiro, reforçou que o país já havia apresentado sua posição contrária à invasão da Ucrânia, que se mantém firme nas condenações ao governo russo e que, por esta razão, não assinou o documento proposto pela OEA. No dia 27 de fevereiro, após pressões internas e a pedido do presidente Lacalle Pou, o país mudou de posição e aderiu ao documento. O governo boliviano também se absteve de assinar o documento, e o embaixador do país, Héctor Arce, reiterou que não apoia nenhuma forma de violência e agressão que acarrete na perda de vidas humanas.

Fontes: [Infobae](#), 25/02/2022; [Valor Econômico](#), 26/02/2022; [O Globo](#), 26/02/2022; [El País](#), 26/02/2022; [Infobae](#), 28/02/2022; [La Diária Política](#), 27/02/2022; [DW](#), 03/03/2022.

Fórum Permanente de Política Externa do Chile pede o fim da indiferença em relação ao regime de Ortega

No dia 4 de fevereiro de 2022, o Fórum Permanente de Política Externa, formado por acadêmicos, ex-chanceleres e outras personalidades chilenas, emitiu uma declaração sobre a situação política na Nicarágua. A declaração do grupo teve como motivo as condenações de dois jovens presos políticos nicaraguenses acusados de “conspiração para minar a integridade nacional em detrimento do Estado e da sociedade nicaraguense”. No documento, o Fórum pediu que o

governo chileno, e demais países da região, abandonem a posição de indiferença em relação ao regime de Daniel Ortega. Dias depois, em 9 de fevereiro, o presidente eleito do Chile, Gabriel Boric, convidou o escritor, ex-presidente da Nicarágua e opositor de Ortega, Sergio Ramírez, para sua cerimônia de posse, que ocorrerá no dia 11 de março. Ao contrário de seus aliados do Partido Comunista, Boric tem se mostrado contrário aos regimes da Nicarágua e da Venezuela. Além de Sergio Ramírez, Boric convidou outras personalidades políticas para sua posse, como o pré-candidato à presidência da Colômbia, Gustavo Petro, o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o parlamentar espanhol e líder do partido de esquerda Más País, Íñigo Errejón.

Fontes: [Fórum Política Exterior](#), 04/02/2022; [Confidencial](#), 05/02/2022; [BioBio](#), 21/02/2022; [La Tercera](#), 21/02/2022.

Gabriel Boric anuncia gabinete ministerial com pluralidade política e maioria de ministras mulheres

Em 21 de janeiro de 2021, o presidente chileno Gabriel Boric anunciou o seu gabinete ministerial, que conta com 14 ministras e 10 ministros. Dentre as indicações, se destaca a nomeação de Izkia Siches, chefe de campanha de Boric nas eleições presidenciais, para o Ministério do Interior e Segurança Pública, a de Maya Fernanda Allende, neta do ex-presidente socialista Salvador Allende, para o Ministério da Defesa e a de Antonia Urrejola, que foi vice-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para o Ministério das Relações Exteriores. Em discurso, Boric apontou para a pluralidade política em seu governo e o diálogo com todos os setores, ressaltando que o seu gabinete conta com a presença de representantes chilenos de diversas regiões e gerações. Constará também com a atuação de independentes e militantes históricos de partidos políticos. O gabinete terá como tarefa fundamental cumprir com o seu programa de governo no tocante ao erguimento de um estado de bem-estar social e a superação das desigualdades no Chile.

Fontes: [Exame](#), 21/01/2022; [La Tercera](#), 22/01/2022; [Emol](#), 22/01/2022.

Derramamento de petróleo causa desastre socioambiental na costa peruana

Uma erupção vulcânica submarinha ocorrida no dia 15 de janeiro de 2022, em Tonga, país localizado na Oceania, provocou a formação de ondas gigantes nos mares ao sul do Oceano Pacífico, acendendo um sinal de alerta para alguns países na América do Sul, como Chile, Equador e Peru. No entanto, os efeitos foram mais fortemente sentidos neste último país, onde houve a morte de duas pessoas por afogamento e o derramamento de, pelo menos, 11.900 barris de petróleo da refinaria espanhola Repsol, que atua na costa peruana. O Órgão Estatal de Avaliação e Fiscalização Ambiental (da sigla em espanhol OEFA) verificou que a área afetada equivale a 250 estádios de futebol, tendo 21 praias sido contaminadas, destruindo parte significativa da flora e da fauna da região. As maiores vítimas foram os mais de 1,5 mil trabalhadores locais, muitos dos quais sobrevivem da pesca, que se manifestaram exigindo a responsabilização da Repsol pela tragédia. A princípio, a empresa alegou que o fato ocorreu em virtude de “um fenômeno imprevisível” e que, portanto, não teria culpa pelo que considerou um “acidente”. Entretanto, o governo rebateu tal narrativa. O Ministério do Meio Ambiente prevê que a empresa terá de pagar uma multa de 34 milhões de dólares, após a conclusão das investigações conduzidas pelo Ministério Público. O presidente Pedro Castillo, por sua vez, compareceu ao local e, no mesmo dia, assinou um decreto de emergência climática e direcionou as atenções do Exército para auxiliar na limpeza das praias e dar suporte à população local. Já a primeira-ministra Mirtha Vásquez criou um comitê de crise, reunindo oito ministérios, e solicitou à ONU o envio de uma equipe de especialistas para auxiliar nos trabalhos. Mais de um mês depois do incidente, os pescadores locais continuam sem trabalho e afirmam que a ajuda financeira do governo tem sido insuficiente. Além disso, menos de 25% dos trabalhos de limpeza das águas poluídas foram concluídos.

Fontes: [Diario Correo](#), 12/02/22; [KSTP](#), 17/02/22; [The Guardian](#), 19/01/22; [La República](#), 21/02/22; [Giro Latino](#), 22/01/22.

Ministro de Defesa da Colômbia afirma haver ingerência da Rússia na fronteira com a Venezuela

Em 03 de fevereiro de 2022, o Ministro da Defesa da Colômbia, Diego Molano, afirmou haver ingerência estrangeira na fronteira do seu país com a Venezuela, com base em informações sobre apoio e assistência técnica da Rússia e do Irã a unidades da Força Militar Bolivariana na região. Essa afirmação foi feita em meio ao aumento de confrontações armadas e ataques contra a população civil em Arauca, departamento fronteiriço com a Venezuela. Na sequência, a Embaixada da Rússia na Colômbia afirmou, por meio de um comunicado, que as declarações do Ministro foram irresponsáveis e que este país procurava encontrar inimigos fictícios, não havendo fundamento nessa acusação. Em resposta a essas declarações, o presidente Iván Duque convidou a representação diplomática da Rússia para uma conversa sobre o alcance e objetivo da presença militar russa em território venezuelano. Em 08 de fevereiro, o Ministro da Defesa, a chanceler colombiana, Marta Lucía Ramírez, e o embaixador russo Nikolái Karlovich se reuniram em Bogotá. Na ocasião, o governo colombiano exigiu que a Rússia garantisse que o armamento russo, entregue à Venezuela via cooperação militar, não fosse utilizado por grupos armados colombianos. O diplomata afirmou que nenhuma cooperação militar da Rússia com a Venezuela seria utilizada contra a Colômbia. Por seu turno, o Ministro de Defesa disse que suas declarações anteriores sobre ingerência russa haviam sido mal interpretadas. Esta não foi a primeira vez que o ministro se tornou alvo de críticas por suas declarações sobre assuntos externos. Em visita oficial, acompanhando o presidente Duque a Israel, em maio de 2021, Molano afirmara que o Irã era inimigo da Colômbia, o que teve que ser desmentido pelo próprio presidente. Ainda no mês de maio, em meio de intensos protestos no país, Molano disse também que a Rússia estaria vinculada a ataques cibernéticos contra sites oficiais colombianos. Na ocasião, a Embaixada russa afirmou serem infundadas as acusações.

Fontes: [Asuntos Legales](#), 04/02/2022; [El Colombiano](#), 08/02/2022; [El Tiempo](#); 08/02/2022.

A Maré Verde avança: despenalização do aborto é aprovada na Colômbia

No dia 21 de fevereiro de 2022, a Corte Constitucional da Colômbia aprovou a despenalização do aborto realizado até as primeiras 24 semanas de gestação. A decisão, tomada após intenso debate entre posições favoráveis e contrárias, se soma a outras conquistas recentes do movimento feminista latino-americano. Na Argentina, a despenalização do aborto foi aprovada pelo Congresso em janeiro do ano passado; no México, algumas cidades, tais como Oaxaca, Hidalgo e Veracruz, já permitiam a interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação; no mesmo país, em setembro passado, a Suprema Corte aprovou a descriminalização da prática. Antes da recente decisão, o aborto era crime na Colômbia, sendo considerado legal em situações de má formação do feto, perigo para a gestante, violência sexual e incesto. O Movimento Causa Justa, que luta para descriminalizar o aborto e garantir a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos e vidas na Colômbia, articula a luta há mais de dois anos no país, embora as feministas discutam os efeitos da sentença C-355/2006, que tipificou o aborto como crime, e da criminalização total há pelo menos 20 anos. O movimento, tornado público em 2020, tem atuado para promover estratégias para criação de mensagens políticas e análises de cenários jurídicos - somando mais de 90 organizações parceiras e mais de 150 ativistas. Nas palavras de Ana Cristina González, médica e uma das líderes do movimento, a decisão é importantíssima, mas é preciso “educar as mulheres e meninas em relação à sexualidade e reprodução, para que possam evitar a gravidez indesejada”. Para Erika Guevara Rosas, diretora da Anistia Internacional, a decisão é uma “vitória histórica do movimento de mulheres colombianas” que recobra a autonomia das mulheres para decidirem seus destinos.

Fontes: [CNN](#), 21/2/2022; [El Espectador](#), 21/2/2022; [Amnistía Internacional](#), 21/2/2022.

Oposição vence nova eleição realizada no estado natal de Hugo Chávez

Em 9 de janeiro de 2022, o candidato opositor ao governo venezuelano Sergio Garrido, da Mesa de Unidad Democrática (MUD), venceu as eleições para governador de Barinas. O estado, onde nasceu o ex-presidente Hugo Chávez, era governado pela família

Chávez desde 1998. O pleito de janeiro foi o segundo realizado em Barinas. O primeiro, ocorrido durante as eleições regionais venezuelanas em 21 de novembro de 2021, foi anulado pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela. Os resultados projetados dessa primeira eleição davam ao candidato opositor, Freddy Superlano (MUD), 37,6% dos votos, e ao candidato Argenis Chávez, então governador de Barinas e irmão de Hugo Chávez, 37,21% dos votos. O TSJ suspendeu a apuração e o pleito pela condição de inelegibilidade de Freddy Superlano, acusado de corrupção. Com a suspensão, Argenis Chávez renunciou ao cargo de governador e desistiu da disputa. Com isso, o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) indicou como candidato Jorge Arreaza, ex-chanceler de Nicolás Maduro. O resultado das eleições de 9 de janeiro deram a vitória ao candidato da MUD, Sergio Garrido, que teve 55,36% dos votos, contra 41,27% para o candidato do PSUV, Jorge Arreaza, que reconheceu a vitória do opositor. Por fim, o mês de fevereiro terminou com a divulgação da declaração final da missão da União Europeia de observação das eleições regionais venezuelanas de novembro de 2021. A declaração indica que as eleições apresentaram melhoras em relação aos pleitos anteriores, destacando-se a pluralidade do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão responsável pela organização das eleições.

Fontes: [O Globo](#), 30/11/2021; [El Nacional](#), 06/12/2021; [Efecto Cocuyo](#), 10/01/2022; [BBC](#), 10/01/2022; [El País](#), 22/02/2022.

África do Sul inaugura primeiro polo de fabricação de vacinas contra a COVID-19 de ponta a ponta

Em 19 de janeiro de 2022, foi inaugurado pelo presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, na Cidade do Cabo, o primeiro polo do continente africano capaz de realizar a produção completa de vacinas contra a COVID-19. A NantSA é um polo do conglomerado NantWorks fundado pelo médico e empresário estadunidense, mas nascido na África do Sul, Dr. Patrick Soon-Shiong, que, mesmo visando fabricar vacinas contra outras doenças, prioriza, por ora, conter o avanço do novo coronavírus diante da situação pandêmica atual. Ao contrário de outras empresas que participam apenas de algumas etapas da fabricação, esta é a primeira a ser responsável por todo o processo em decorrência da transferência de tecnologia e do investimento em mão de obra qualificada. Para tal, a concessão de bolsas de estudo foi um compromisso firmado pelo fundador da

empresa, Dr. Soon-Shiong, no ato da inauguração. A NantSA possui outro diferencial que é o objetivo de produzir vacinas de segunda geração, aquelas que possuem alguma inovação tecnológica, seja na forma como é aplicada, a exemplo da ingestão de pílulas, seja na base utilizada para fabricação de vacinas. A inovação da NantSA é a tecnologia da vacina de DNA Indutora de Células T que agem na célula infectada, em vez de ser uma vacina de anticorpos como as de primeira geração. Estima-se que a fabricação de vacinas contra a COVID-19 seja iniciada no final de 2022 e que, até 2025, se alcance a quantidade aproximada de 1 bilhão de doses por ano. Os países africanos são prioridade na exportação de vacinas deste novo polo, tendo em vista que a África produz menos de 1% do total de vacinas que utiliza e é o continente com a menor percentagem de vacinados do mundo. A iniciativa da NantSA é resultado do esforço do continente, sobretudo incentivado pela União Africana e pelo Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (CVC), de investir em estudos, pesquisas e transferência de tecnologia para produção de vacina contra a COVID-19 no continente africano.

Fontes: [Mail & Guardian](#), 19/01/2022; [Governo da África do Sul](#), 19/01/2022; [SABC News](#), 20/01/2022; [ABC News](#), 01/02/2022; [Share America](#), 07/02/2022.

Rússia inicia “Operação Militar Especial” em território ucraniano

Na madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022, o presidente russo Vladimir Putin iniciou uma “operação militar especial” na região leste do território ucraniano. A operação ocorreu dias após o reconhecimento, por parte de Vladimir Putin, da independência de duas regiões separatistas pró-Rússia, Luhansk e Donetsk, levando em consideração a já deteriorada relação de Kiev com os milhares de russos étnicos instalados na região. A crise, que teve origem no interesse da Ucrânia do presidente Volodymyr Zelensky de ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), empurrou as províncias citadas em direção a Moscou. Em discurso realizado na madrugada da operação, Putin afirmou que o objetivo da Rússia não é ocupar a Ucrânia e sim promover a “desmilitarização” e “desnazificação” do país. Ainda assim, sua incursão alertou a comunidade internacional devido à violação do princípio internacional de soberania da Ucrânia. A justificativa de Putin se baseia primordialmente na proteção da população de etnia russa, alvo de grupos neonazistas presentes na região. Entre sanções e tentativas de mediação de aliados e do Ocidente, a

Rússia também reforçou sua posição contrária à expansão da OTAN próxima de suas fronteiras, fato que ocorre há pelo menos duas décadas. A ocupação por milhares de militares russos, bem como os ataques a bomba e míssil não se limitaram às repúblicas separatistas, tendo sido realizados também em Mariupol, Kharkiv e na capital Kiev. Estima-se que, em apenas uma semana, a operação russa tenha transformado mais de 600 mil civis ucranianos em refugiados de guerra, que fogem em grande parte pelas fronteiras do país com Eslováquia, Hungria e Polônia. As duas rodadas de negociações pelo cessar-fogo, realizadas e mediadas pelo governo de Belarus, fracassaram. Para cessar os ataques, Putin exige o comprometimento formal da Ucrânia de não ingressar na OTAN e o reconhecimento da Crimeia como parte da Federação Russa, região anexada por Putin em 2014.

Fontes: [TASS](#), 24/02/2022; [BBC](#), 28/02/2022; [BBC](#), 01/03/2022; [TASS](#), 02/03/2022.

Onde estão as mulheres na guerra entre Rússia e Ucrânia?

No dia 24 de fevereiro de 2022, o governo ucraniano proibiu a saída de homens entre 18 e 60 anos, convocando-os para uma mobilização militar contra o ataque do governo russo. Após essa declaração, famílias foram separadas, sendo permitido somente mulheres, crianças e idosos a buscarem refúgio em países vizinhos. Por esta razão, muitas mulheres passaram também a se alistar no Exército, como uma forma de acompanhar aqueles que tiveram que ficar no país. Um dos nomes mais conhecidos do atletismo mundial, a campeã do tiro com arco, Solomiya Trapeznikova, é uma das atuais integrantes do Exército ucraniano. Na cidade de Dnipro, no dia 26 de fevereiro, um grupo de mulheres advogadas, professoras e donas de casa, juntou-se para a preparação de coquetéis molotov, na expectativa de uma possível chegada dos soldados russos na cidade. Dois dias depois, em Lviv, fronteira com a Polônia, foi noticiado o trabalho de mulheres, maioria jovens e adolescentes, na confecção de camuflagens, usando a própria roupa e mostrando que não são apenas vítimas, mas também atores políticos relevantes no tema da Segurança Internacional. Desde de o dia 28 de fevereiro, a ex-Primeira-Ministra ucraniana, Yulia Tymoshenko, vem denunciando as investidas russas sobre o país. Tymoshenko apontou, inclusive, para a possibilidade de uso de armas nucleares por parte da Rússia. Em contrapartida, realidades de violação dos direitos das mulheres também têm sido apresentadas.

No dia 26 de fevereiro, foi noticiado que uma mulher ucraniana pariu sua filha em condições de insalubridade no metrô, onde se abrigou para escapar dos ataques aéreos, além denúncias de violação sexual cometidas por integrantes do Exército russo contra mulheres ucranianas. Do outro lado da guerra, as mulheres também têm tido participação relevante em protestos contra o conflito. Há relatos do ativismo feminista russo na articulação de manifestações no país, e, Kira Yarmysh, porta-voz do principal opositor de Vladimir Putin, Alexei Navalny, convocou uma marcha contra a guerra para o dia 8 de março, argumentando que isto não é uma tentativa de relacionar mulheres à paz, mas o reconhecimento do alto preço que têm que pagar pela guerra. Contudo, não há atuação feminina apenas contra a guerra. Um dos principais nomes no núcleo de Putin é o de Valentina Matvienko, Presidente do Conselho da Federação, que supervisionou a votação na Câmara Alta para confirmar o envio das tropas russas ao exterior. Matvienko é o braço-direito do presidente russo, e teve também papel importante no processo de anexação da Crimeia, no ano de 2014.

Fontes: [CNN](#), 24/02/2022; [ABC](#), 25/02/2022; [El Mundo](#), 26/02/2022; [BBC](#), 26/02/2022; [INFOBAE](#), 28/02/2022; [France 24](#), 28/02/2022; [BBC](#), 03/03/2022; [Metro World News](#), 02/03/2022; [Estado de Minas](#), 05/03/2022; [Reuters](#), 07/03/2022.

Repressão militar no Sudão causa dezenas de mortes no país

No dia 14 de fevereiro de 2022, milhares de pessoas se reuniram em várias partes do Sudão, em uma mobilização que ficou conhecida como a “marcha do milhão”. A população protesta contra o golpe de Estado, ocorrido em 25 de outubro de 2021, pelo general Abdel Fatah al Burhan, comandante-chefe do Exército. Desde o golpe, as Forças Armadas do Sudão (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF) vêm fazendo uso de balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, jatos d’água vermelha - que, segundo relatos dos manifestantes, causa uma grande irritação na pele - e armas de fogo para reprimir os protestos nas ruas de Cartum, capital sudanesa. Desde o início do golpe, ocorreram diversos protestos nas cidades sudanesas, deixando centenas de feridos, sendo mais de um quarto de vítimas de bombas de gás lacrimogêneo, 400 presos políticos e mais de 80 mortes de civis - incluindo nove vítimas crianças, segundo o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH). Mesmo depois de quatro meses de intensa repressão aos que

protestavam contra o golpe, os sudaneses seguem ocupando as ruas de Cartum. Considerado um dos dias mais sangrentos desde o início das mobilizações contra o golpe, o dia 17 de janeiro de 2022, registrou sete mortes de civis. Desde então, novos ataques de parte das forças de segurança do Sudão contra a população seguem acontecendo e o número de vítimas continua crescendo.

Fontes: [DW](#), 02/01/2022; [Jeune Afrique](#), 10/01/2022; [UOL](#), 17/01/2022; [DW](#), 17/01/2022; [ACNUDH](#), 18/01/2022; [Human Rights Watch](#), 03/02/2022.

Chanceler chinês reforça relações sino-africanas

Seguindo a tradição da diplomacia chinesa, estabelecida há 32 anos, a primeira viagem do ano feita pelo chanceler chinês se dirige aos países do continente africano. Este ano, entre 4 e 7 de janeiro de 2022, Wang Yi visitou Eritreia, Quênia e Comores, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social e assegurar as parcerias de longa duração no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota e do Fórum de Cooperação China-África, construir relações pacíficas e enfrentar a pandemia da COVID-19 no continente africano. Durante a viagem ao Quênia, o chanceler chinês aproveitou para confrontar acusações de uma “armadilha de dívidas”, apontando que, no caso queniano, 80% da dívida externa conta com instituições financeiras multilaterais, e que os empréstimos chineses consideram o nível de endividamento pré-existente. Junto ao governo queniano foi reforçada a intenção de ampliar investimentos no país nas áreas de infraestrutura, comércio e indústria. Wang Yi reforçou ainda o compromisso com o envio de 1 bilhão de doses de vacinas contra a COVID-19 ao continente africano, algo que foi bem recebido pelo governo de Comores, país que vem recebendo doações de imunizantes da estatal chinesa Sinopharm desde 2021, tendo vacinado 30% da população com duas doses, uma das taxas mais altas do continente africano. Na Eritreia, o chanceler declarou que apontará um emissário especial para o chifre da África, com a intenção de auxiliar a região a estabelecer uma situação duradoura de paz e estabilidade.

Fontes: [Global Times](#), 04/01/2022, [Xinhua](#), 06/01/2022, [Xinhua](#), 06/01/2021; [Global Times](#), 06/01/2022; [Xinhua](#), 07/01/2022; [Xinhua](#), 07/01/2022; [Xinhua](#), 14/01/2022.

Xi Jinping encontra Chefes de Estado durante os Jogos Olímpicos de Inverno

No dia 4 de fevereiro de 2022, tiveram início os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim, cuja abertura contou com a presença de diversos chefes de Estado, recepcionados pelo presidente Xi Jinping. Por ocasião do evento, o líder chinês realizou a primeira reunião presencial com um Chefe de Estado estrangeiro desde o início da pandemia de COVID-19, com o presidente russo Vladimir Putin. Programado desde o final de 2021, o encontro discutiu estratégias para contornar as recorrentes sanções econômicas e restrições comerciais promovidas contra ambos os países por governos ocidentais. No mês anterior, ambos já haviam reagido contra a campanha de boicote promovida por EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia aos Jogos Olímpicos de Inverno, quando os governantes destes países anunciaram que não enviariam seus representantes para a abertura do evento, em solidariedade aos uigures. Putin e Xi também discutiram sobre ameaças à segurança russa e chinesa promovidas por governos ocidentais em Hong Kong, Taiwan, Ucrânia, Geórgia e Quirguistão. Na ocasião foram assinados 20 documentos relativos à cooperação mútua em áreas e projetos estratégicos, reforçando laços bilaterais entre os dois países. Ainda no dia 4 de fevereiro, Xi se reuniu com lideranças da Sérvia, Egito, Cazaquistão, Uzbequistão e Turcomenistão. Em 5 de fevereiro, Xi se reuniu com o presidente argentino Alberto Fernandez, quando os dois líderes comemoraram 50 anos de relações diplomáticas entre China e Argentina e assinaram acordos de cooperação estratégica e comercial no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota e produção de vacinas e medicamentos. Os líderes também reforçaram o compromisso para a construção da usina nuclear argentina Atucha 3, assinado em 2 de fevereiro pelo presidente argentino e representantes da estatal chinesa CNNC.

Fontes: [Xinhua](#), 26/01/2022, [Global Times](#), 02/02/2022; [Xinhua](#), 05/02/2022; [Xinhua](#), 06/02/2022; [CGNT](#), 07/02/2022; [Global Times](#), 08/02/2022.

Após recorrer em decisão dos tribunais, o presidente Mokgweetsi Masisi promete respeitar direitos da população LGBTQIA+ do Botsuana

No dia 24 de janeiro de 2022, o presidente do Botsuana, Mokgweetsi Masisi, recebeu membros do LEGABIBO – organização voltada para a defesa da

seus direitos – e declarou que cumpriria e respeitaria as decisões do tribunal do país que descriminalizavam a relação entre pessoas do mesmo sexo. A declaração se deu meses após a tentativa de recorrer à decisão feita pelos tribunais do país, favoráveis ao processo de descriminalização, pelo presidente, ainda em 2021. Masisi alegou que o pedido de recurso se deu não em uma perspectiva de animosidade para com a comunidade LGBTQIA+, mas sim, no intuito de se observar com cautela as questões políticas envolvidas na decisão do Júri. O processo de descriminalização de relações de mesmo sexo no Botsuana marca uma virada na história do país, que por anos perseguiu grupos minoritários, sob uma perspectiva que, segundo os juristas do tribunal da capital, era relíquia dos tempos da Era Vitoriana. Ativistas do LEGABIBO comemoram a decisão do presidente e relembram que há cinco anos atrás, precisaram enfrentar nos tribunais o ataque à própria existência da organização, mas reconhecem que, apesar de ser um grande avanço para o país, o continente africano ainda é marcado pela perseguição a grupos LGBTQIA+. Dos 54 países que formam o continente, somente 22 não encaram relações homossexuais como crime.

Fontes: [SouthernAfricaLitigationCentre](#), 29/11/2021; [DW](#), 27/12/2021; [Africa News](#), 25/01/2022.

Expert da ONU reafirma o papel da instituição no combate às “terapias de conversão” e criminalização das pessoas LGBTQIA+

Em 18 de fevereiro de 2022, a Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do expert independente em direitos humanos e proteção contra violência baseada em discriminação por razão de orientação sexual e de identidade de gênero, Victor Madrigal-Borloz, reafirmou o seu posicionamento contra a criminalização das pessoas LGBTQIA+, uma realidade ainda presente em 69 Estados. De acordo com o expert, cujo mandato iniciou-se em 2017, após a criação deste cargo pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2016, a criminalização tem como consequência grave a evasão escolar de jovens LGBTQIA+, em um percentual três vezes maior em comparação a pessoas heterossexuais, assim como a vulnerabilidade da população trans em relação ao HIV/AIDS e as dificuldades no acesso aos serviços de saúde em razão da discriminação. Ainda, de acordo com Magridal-Borloz, a criminalização de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero também se vincula às denominadas “terapias de conversão”

que são praticadas em pelo menos 68 países, de acordo com o relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU publicado em 2020. Estima-se que nos EUA pelo menos 700 mil pessoas tenham sido sujeitadas a estas práticas. Nesse cenário, o mecanismo da ONU contra a tortura já considerou que essas práticas podem ser entendidas como atos de tortura ou tratamento cruel, inumano ou degradante. Conforme já se posicionou o expert Madrigal - Borloz, os Estados já receberam a recomendação para proibir estas práticas assim como afastar as leis que criminalizam a população LGBTQIA+. Esta temática continua sendo um dos principais temas do mandato do expert que, em 2021, foi renovado até 2023 e contou com o apoio de 1.327 organizações em 161 países, com oposição minoritária de Estados Membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Fontes: [ONU](#), 18/02/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

